

Falta perspectiva para o operário da construção civil

O maior, e a bem dizer, único contingente expressivo do operariado de Brasília — os trabalhadores da construção civil — está sem perspectiva de retomada do nível de emprego. Nos últimos cinco anos a categoria foi reduzida à metade (33.578 trabalhadores empregados em dezembro de 1978, contra uma previsão de 14.464 em dezembro do ano passado, segundo dados da Codeplan) e, conforme a socióloga Nair Bicalho, “a mudança deste quadro só pode ser esperada se for implantado, no país, um modelo de crescimento econômico que priorize o setor industrial e reative o setor produtivo”.

Mestre em Sociologia pela UnB, onde apresentou em 1978 a dissertação “Construtores de Brasília: estudo de operários e sua participação política”, publicada posteriormente pela Editora Vozes, Nair Bicalho defende a criação de programas emergenciais de emprego na área da construção civil, que “apresentam resultados do ponto de vista social e da geração de empregos”. Concluindo novos estudos para uma tese de doutorado em Ciência Política na USP, ela aprofunda agora a compreensão sobre o comportamentopolítico dos operários da construção civil, mas adianta que a situação da categoria, em si, nada mudou. “O desemprego e a fome continuam a ser os seus problemas mais sérios”, afirma.

Canteiro de obras

Durante os primeiros anos da construção de Brasília, quando a população local (seis mil pessoas) era superada pelos que chegavam para trabalhar na construção civil, comércio e indústrias (6.283 pessoas, segundo o primeiro recenseamento de Brasília, promovido pela inspetoria regional de estatística de Goiás), não era menos difícil a vida do operário.

Conforme relata Nair Bicalho no seu livro publicado pela Editora Vozes, no enorme canteiro de obras para onde vieram mineiros e goianos, dava-se uma jornada de trabalho de 14 a 18 horas diárias, sem domingo ou feriado; morava-se em acampamentos que proporcionavam melhores ou piores acomodações de acordo com a função exercida pelo trabalhador; os salários eram baixos e a vida cara; acumulavam-se as irregularidades com relação ao cumprimento da legislação trabalhista.

Com todos estes problemas a enfrentar, os trabalhadores da construção civil fundaram a primeira organização que funcionaria como aglutinadora de forças; a Associação dos Profissionais da Construção Civil, criada em 1958, e cujas primeiras reivindicações centravam-se na necessidade de melhoria dos alojamentos, equiparação do salário mínimo pago no Distrito Federal àquele em vigor no Sudeste e a criação de juntas de julgamento e conciliação em Brasília.

No ano seguinte, 1959, registra-se o sindicato da categoria, “não porque se incentivasse o surgimento destas entidades, mas talvez por um descuido do Ministério do Trabalho que concedeu a carta sindical ao Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e do Mobiliário de Planaltina entendendo ser este do Estado de Goiás”, explica Nair Bicalho, lembrando que nesta época Planaltina não era cidade-satélite de Brasília.

Com a criação do sindicato tomou força a luta pela equiparação do salário mínimo do DF ao da região Sudeste, luta que saiu vitoriosa como todas, de um modo geral, que foram travadas até 1964, lembra Nair Bicalho. Segundo ela, até este período as greves que ocorreram quase sempre tiveram questões salariais como motivo e os grevistas contaram com dois suportes: os parlamentares de linha mais progressista ou do próprio presidente Juscelino Kubistchek. “No período populista Brasília não destoava dos outros grandes centros e as categorias profissionais promoviam aqui passeatas e atos públicos de pressão”, frisa ela, entendendo que “a diferença em relação a hoje é o resultado de 20 anos de autoritarismo, através dos quais as pessoas acabaram introjetando receios e medos fundamentados muitas vezes na observação do que aconteceu às lideranças de antes de 1964”.

Mas se o movimento sindical brasileiro mostra grande força até 1964, desconhecendo inclusive a figura do pelego, deste período até 75/77 “é um sindicalismo imobilista, que não reivindica, não aparece com força coletiva”, historia Nair Bicalho, observando depois deste período uma rearticulação do movimento sindical com a criação de associações de profissionais de classe média (psicólogos, jornalistas, sociólogos, bancários e outros). Em 1979 “como uma abertura de dique e à falta de canal de reivindicação, estouram os movimentos grevistas no Brasil e em Brasília — embora a categoria da construção civil neste momento estivesse isolada porque Brasília não tem um parque industrial”, explica.

Mas se a greve dos trabalhadores da construção civil de 1979 não rendeu os resultados esperados, ficou dela uma lição que os trabalhadores não se esqueceram, lembra Nair Bicalho: a de que é preciso lutar pelos próprios direitos.